



Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 98

Greve pode garantir que a CELESC cumpra o compromisso

Caso os empregados da CELESC não recebam na quarta-feira seus salários devidamente reajustados, conforme acordo assinado no dia 22, a greve pode ser deflagrada na quinta-feira. Não restou outra alternativa para os empregados. O último empecilho criado pela Empresa para impedir o pagamento do reajuste foi a não homologação dos acordos.

Essa constitui-se na maior das mentiras já ouvidas durante os cinco meses de negociações. Todos os aspectos legais já foram cumpridos: a Intersindical já retirou todas as ações da produtividade 84 e 88 e o acordo já foi registrado e homologado na DRT.

ALERTA
Três cartas foram

enviadas no dia 29, pela Intersindical: uma ao governador, Casildo Maldaner, outra ao presidente da FIESC, e a última ao presidente da CELESC. A mensagem das três era a mesma: um alerta para os eventuais prejuízos que uma greve como esta pode acarretar. A assembleia que poderá deflagrar a paralisação acontece neste dia 31, às 7:30, no Casa Nova.

INTERVIU

O desrespeito ao acordo, provocado pela intervenção do Governo do Estado não é apenas um ato de prepotência sobre os empregados da CELESC. É um ato de violência contra todos os trabalhadores, servindo, inclusive, de alerta a sociedade, especialmente quando o governo Collor alardeia as vantagens da "livre negociação".



Comando Nacional vai ao Ministro e pede negociação

A reunião do Comando Nacional dos Eletricitários com o Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, teve resultados um tanto nebulosos. O Ministro garantiu que até o dia 31 de junho informaria o Comando sobre uma data para abrir negociações sobre as perdas salariais, assegurou a manutenção do Fórum Nacional do Setor Elétrico com a participação das empresas estaduais e disse que vai lutar pela manutenção da ACM

(antecipação reajustável mensalmente). Mas nada disso foi dito com muita convicção, pelo menos na opinião dos membros do comando que participaram da reunião, que afirmam que Magri não fez qualquer anotação durante a discussão.

Magri disse que tinha dificuldade em compreender o que era a ACM e depois de diversas explicações dos sindicalis-

tas, afirmou que vai ter que discutir com as novas diretorias das empresas para garantir a continuidade do pagamento.

A abertura de negociações sobre as perdas ficou vinculada a manutenção do Fórum, que é a instância onde se dão as negociações. Os sindicalistas pediram que até as assembleias do dia 31 houvesse uma posição e uma data marcada para iniciar as negociações.

Por isso é tão importante saber que, lutar por melhores salários é lutar pela manutenção do patrimônio público e contra o desemprego.

A Intersindical já entrou com uma ação na Justiça para garantir a continuidade do pagamento da ACM.

Defasagem salarial já atinge os 62,53%

Ao receber seus contracheques, muitos empregados da ELETROSUL vão constatar que a segunda parcela do seu salário é negativa: ou seja, a metade do salário que faltava não deu sequer para cobrir os descontos do mês. Isso porque os salários de maio estão menores que os de abril, devido ao não pagamento

da ACM. A mordida foi de 29,5%. Ao todo a defasagem da categoria atinge 62,53%, em abril.

Índices como este dispensam comentários sobre a política de arrocho salarial para as estatais, que está abrindo caminho para a privatização e para as demissões.

Intersindical joga duro contra omissos

A Intersindical decidiu tomar uma posição firme contra aqueles que não participam das entidades e que, mesmo assim, acabam se beneficiando com o resultado das lutas da maioria. No acordo firmado com a CELESC há uma cláusula de reversão sindical, que já é tradicional nos acordos. A diferença é que as assembleias definiram os valores da reversão da seguinte forma: 10% da remuneração de maio (na verdade o ganho real obtido no acordo) para os não sindicalizados; os sindicalizados não descontarão nada.

Desta forma, aqueles que dizem que "não me sindicalizo porque eu vou ganhar aumento da mesma forma", vão ter que pagar pela sua omissão oportunista. Esta prática de sangue-suga já ficou conhecida como de "gigolôs do movimento".

A Intersindical avisa que esta reversão pesada para os não sindicalizados será rotina nos próximos acordos com a CELESC e ELETROSUL. E tem mais; não há recurso para quem não quer descontar, pois nada é superior a uma decisão de assembleia.

Comando Nacional convoca nova paralisação de 48h

O Comando Nacional dos Eletricitários, na reunião que fez antes da audiência com o Ministro do Trabalho, fez uma avaliação do movimento do dia 22. Para o Comando, embora tenham havido menos paralisações do que se esperava, o movimento foi vitorioso e mostrou um grande vigor. A empresa onde o movimento foi mais forte foi a CHESF, que paralisou o dia inteiro com adesão total. Houve passeata de eletricitários no Rio de Janeiro e manifestações em outras partes do país. No Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, os empregados da Eletrosul paralisaram o dia inteiro.

A continuidade do movimento, como forma de se antecipar a medidas duras, que o Governo tem planejadas para o Setor Elétrico, é a prioridade, segundo o Comando. Dentro deste espírito foi elaborado um calendário de mobilização que prevê assembleias no dia 31 para decidir sobre uma paralisação de 48 horas nos dias 6 e 7 de junho. Há possibilidade de ser alterado o indicativo de paralisação para que haja coincidência com a data da greve geral que está sendo chamada pela CUT.

Está prevista para junho, ainda sem data definida, o Seminário que vai discutir alternativas para o Setor Elétrico e, um mês depois, um Encontro Nacional dos Eletricitários para deliberar sobre o tema discutido no Seminário.

TST não deliberou sobre devolução do Imposto

A audiência no Tribunal Superior do Trabalho que deveria deliberar sobre a devolução do Imposto Sindical no dia 28 para os empregados da ELETROSUL acabou não acontecendo. Ocorre que a Federação dos Urbanitários não compareceu, abrindo a possibilidade da não realização por parte do Tribunal, que argumentou com a necessidade de estarem presentes todas as partes envolvidas. Além da Intersindical, estavam na audiência as representações da Confederação, do Ministério do Trabalho e da União.

A Intersindical cobrou da Federação a presença, que por telefone confirmou que participará na próxima audiência, que foi marcada para o dia 7 de junho.

CUT chama Greve Geral no dia 12 por reposição e política salarial

Conclamar os trabalhadores de todo o país para uma Greve Geral por reposição salarial, e estabelecimento de uma política salarial no dia 12 de junho. Foi esta a resolução da reunião da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores — CUT realizada nos dias 23 e 24, em São Paulo.

O primeiro passo da CUT no sentido de concretizar a Greve Geral, foi procurar a Central Geral dos Trabalhadores — CGT para discutir a unificação do movimento. No dia 29, quando fechávamos esta edição, ocorreu uma reunião entre as duas entidades para discutir a Greve.

Os cutistas que participarem das plenárias nacionais do Serviço Público e dos Bancários, que ocorrem esta semana, vão propor a alteração do dia nacional de paralisação que estavam prevendo para que coincida com a Greve Geral. Com esta unificação, o movimento já teria sucesso garantido.

O calendário elaborado pela CUT prevê a realização de plenárias estaduais do movimento sindical (CUT e CGT) até o dia 4 de junho e uma plenária nacional no dia 5 em São Paulo.

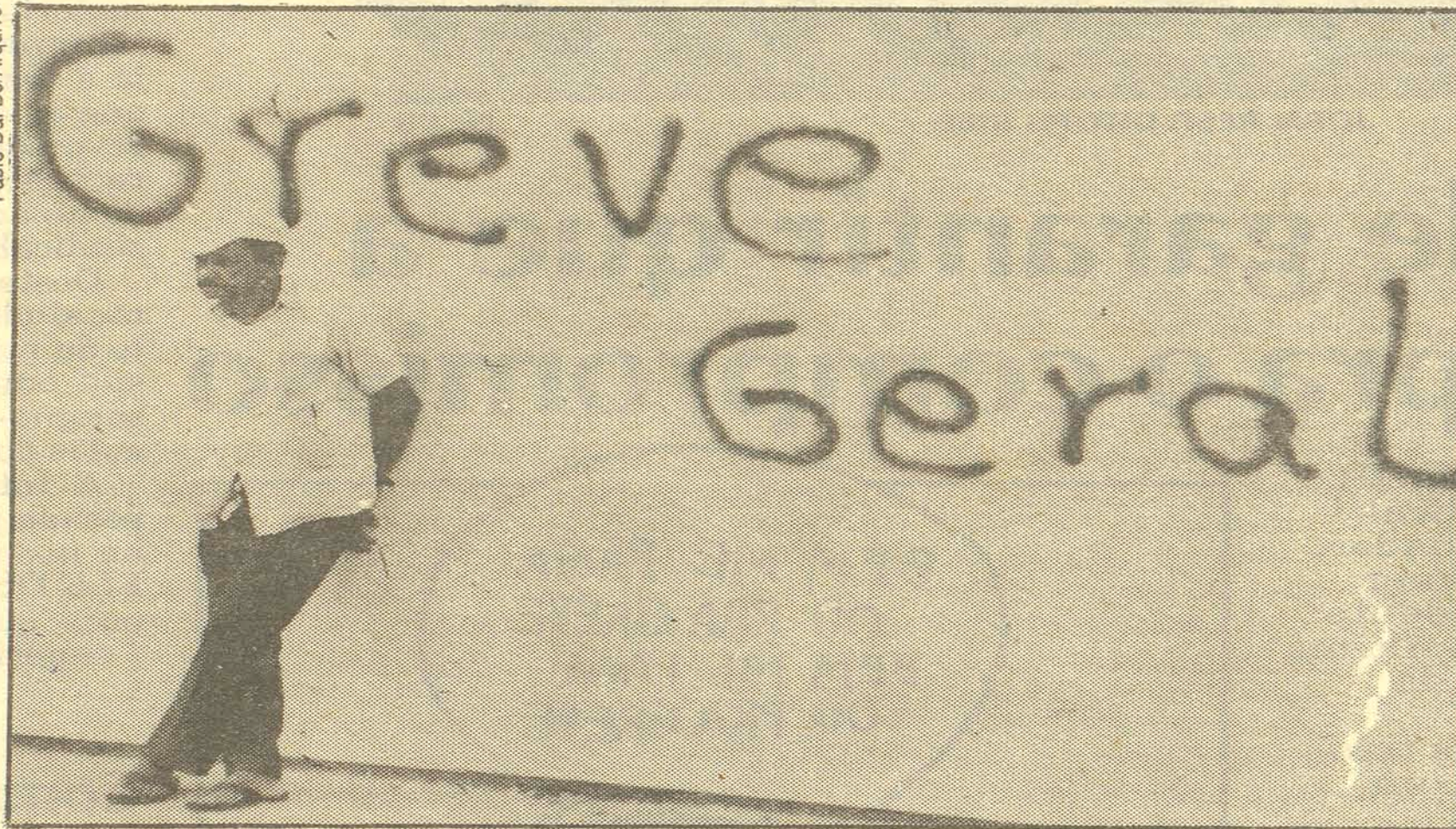
Aumento médio da energia vai determinar reajustes

A quinta cláusula do acordo assinado no dia 22 com a CELESC trata da política salarial que vai valer até setembro desse ano. Nessa política, os reajustes salariais ficam vinculados aos reajustes médios das tarifas de energia elétrica.

Dois exemplos podem demonstrar o que vai acontecer com os salários. Caso o índice oficial da inflação for 10%, as tarifas forem reajustadas em 11% e o governo não conceder nenhum aumento aos trabalhadores, os empregados da CELESC receberiam 1,05% sobre a inflação, o que resultaria em 10,5%. Assim, quando o reajuste da tarifa for maior que a inflação, vale 1,05% sobre a inflação. Quando a inflação for maior que o reajuste da tarifa, vale o reajuste médio da energia, caso o governo não determine nenhum reajuste, como vem acontecendo há dois meses. Por exemplo, o índice oficial da inflação deu 10%, o reajuste da tarifa foi de 7%; os empregados recebem os 7% de reajuste.

Para o cálculo do reajuste salarial não vai valer o aumento das tarifas de energia anunciado nos jornais. Será considerado um reajuste médio dos vários tipos de consumidores da CELESC. Esse cálculo será feito pela Empresa e posteriormente conferido pela Intersindical.

Fábio Dal Bó/Arquivo



Collor pediu, vai levar

Gerentes confirmam que há política de arrocho na CELESC

O Corpo Gerencial da CELESC enviou uma carta ao governador Casildo Maldaner defendendo o cumprimento do Acordo firmado entre a Intersindical e a direção da Empresa. Mas ao fazer um retrospecto da situação financeira da Empresa e dos esforços para "levar a bom termo a missão da CELESC no atual governo", os gerentes acabaram denunciando uma política deliberada de arrocho salarial.

Depois de dizer que havia necessidade de fazer cortes de despesas, que não poderiam ser na área de operação e manutenção do sistema elétrico, nem nas despesas de compra de energia, afirma o documento: "Sobrou, então, apenas o item do termo Despesas, que eram as Despesas com Pessoal, o único administrável".

E o documento continua: "A empresa passou a financiar os seus in-

vestimentos, utilizando para tal os recursos destinados ao Pessoal. Esta decisão custou à Direção e a nós, Gerentes, muitas críticas, porém a nossa decisão de apoio à Diretoria foi definitiva e inegociável".

Logo adiante, os gerentes argumentam que "os embates com os sindicatos foram muitos e muito penosos". De fato, deve ser muito penoso defender uma política que leva companheiros de trabalho a uma situação salarial degradante, que só não foi pior devido às ações da Intersindical e dos eletricitários como um todo.

O texto dos gerentes confirmou o dado sempre levantado pelos sindicatos, de que as despesas com pessoal caíam a cada dia na Empresa. Havia, e por certo ainda há, uma política deliberada para achatar salários e reduzir ao mínimo as despesas com o corpo funcional da empresa. O arrocho não é por acaso.

Sindicato de Concórdia não participará da Intersindical

No dia 24 ocorreu, em Concórdia, uma assembléia da base do Sindicato dos Eletricitários de Concórdia. O objetivo da reunião que contou com representantes de todos os sindicatos da Intersindical era avaliar a representatividade daquela entidade e discutir a organização dos eletricitários do oeste e meio oeste.

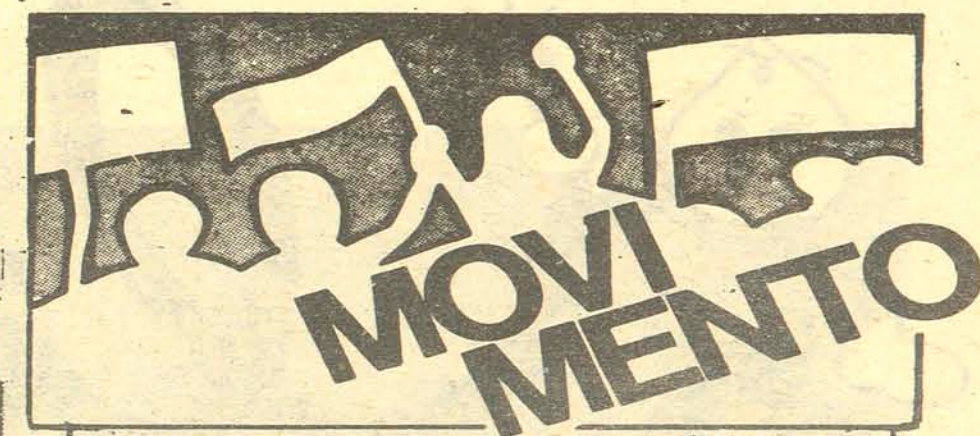
Cerca de 150 presentes discutiram acerca de duas visões distintas: uma, defendida pela Intersindical, de que o movimento deve caminhar para a unificação dos sindicatos, contrariando a formação de novas entidades que dividam

ainda mais a categoria; a segunda visão, defendida pelo Sindicato de Concórdia, afirma que devem ser criados sindicatos por região.

A votação deu conta de que a maioria optou pela posição da não divisão definindo que a entidade em questão não participará da Intersindical.

ORGANIZAÇÃO

Também foi definida para o dia 22 uma assembléia para criar uma delegacia do Sindicato de Lages na região de Concórdia e Itá. Um processo semelhante será realizado em Chapecó.



CASAN

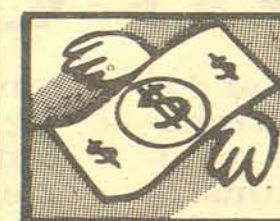
Até o dia 7 de junho, os empregados da CASAN vão estar realizando assembléias regionais para apreciar a proposta de reposição da Empresa. Nesse dia representantes de todo Estado vão estar em Florianópolis votando a proposta. Os empregados reivindicavam 166,89% de reajuste, a CASAN ofereceu 91,89%, parcelados da seguinte forma: 45,25% em abril, 25,20% em maio, 2,80% em junho e 2,81% em julho. No índice total está incluída a inflação de março, mais 7,57% de ganho real. A proposta também contempla o pagamento de 75% de hora extra. Dentro de 30 dias, após o fechamento do acordo, a diretoria da CASAN retoma as negociações, para a definição de uma política salarial para a categoria.

Fundação Hospitalar

A Fundação Hospitalar de Santa Catarina não aceitou a contraproposta do governo de reajuste salarial e continua em greve. Até o dia 29 de maio as negociações não haviam avançado. Os servidores exigem o pagamento integral dos 40,83% em junho, que é o resíduo da inflação de março, que na proposta do governo é parcelado em quatro vezes.

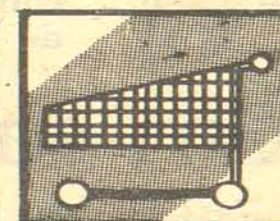
INDICADORES DO DIEESE

De 01/04/90 à 30/04/90



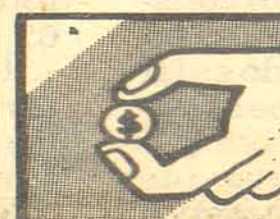
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 21,80%
1 a 5 Salários - 21,58%
1 a 30 Salários - 22,29%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- Cr\$ 2.963,63



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- Cr\$ 26.285,00